



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020-00012 - PARA SISTEMA REGISTRO DE  
 PREÇOS-SRP**

## SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL

A Prefeitura Municipal de Paragominas, através da Portaria nº 01/2020 datado em 03 de fevereiro de 2020 e publicado em 04 de fevereiro de 2020 e Termos de Nomeações, que nomeiam Pregoeiros e Equipe de Apoio do Departamento de Licitação, do Senhor Prefeito Municipal de Paragominas, informa a quem possa interessar, que o(a)Pregoeiro(a) deste órgão, realizará certame licitatório via internet, no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), na modalidade Pregão Eletrônico, tipo MENOR VALOR POR LOTE, cujo objeto encontra-se descrito na CLÁUSULA III deste Edital.

### CLÁUSULA I – DA ABERTURA

1.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, de acordo com a legislação a seguir, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet), dirigido pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo:

1.1.1 **Data: 20/07/2020.**

1.1.2 **Horário: 10:00hs (Horário de Brasília).**

1.1.3 **Local: via internet, no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).**

1.2 Caso o dia agendado do certame não seja dia útil, ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

1.3 Horário de atendimento ao público e protocolo de documentos: Das 8 às 12h e das 14 às 17h, de segunda à sexta-feira na Rua do Contorno nº 1212, Centro, Paragominas/PA, CEP: 68.625-245, Sede da Prefeitura Municipal de Paragominas.

1.4 **RECEBIMENTO DA PROPOSTA:** a partir da publicação do Pregão no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

### CLÁUSULA II - DO ESTATUTO JURÍDICO

2.1 A licitação observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto 3.555 de 08/08/2000, Lei Estadual 6.474/2002, Decreto 10.024 de 20/09/2019, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Federal 8.250/2014 (e alterações posteriores), Lei complementar 123/2006, Lei Federal nº 147/2014, Lei Municipal nº 769/2011 (e alterações posteriores), aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666 de 21/06/93 e demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

### CLÁUSULA III - DO OBJETO

3.1 Este Pregão Eletrônico tem por objeto: “AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CABOS, CANALETAS, CONECTORES E AFINS) E EQUIPAMENTOS POR



DEMANDA (ROTEADORES, SWITCHES E RACKS), OBJETIVANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE REDES DE DADOS”. Integram o presente Edital os documentos abaixo relacionados:

- 3.1.1 ANEXO I - CARTA DE CREDENCIAMENTO E MODELOS DE DECLARAÇÕES;
- 3.1.2 ANEXO II - DEFINIÇÕES DOS ITENS E AMOSTRAS;
- 3.1.3 ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 3.1.4 ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;
- 3.1.5 PROTOCOLO DE RETIRADA/DIVULGAÇÃO DO EDITAL;
- 3.1.6 TERMO DE REFERÊNCIA.

3.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

### 3.3 DA JUSTIFICATIVA

3.3.1 A aquisição dos materiais para implantação e manutenção de redes de dados, bem como a aquisição de equipamentos irá permitir a esta municipalidade atualizar e manter a sua infraestrutura tecnológica dentro de padrões ótimos definidos pelas normas que atendem as telecomunicações (ANSI/TIA/EIA, ABNT, ANATEL e INMETRO). Esta contratação justifica-se devido à essencialidade dos serviços, da função do provimento de infraestrutura e de acesso aos sistemas informacionais externos e internos, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Paragominas. Esta Municipalidade não dispõe do referido objeto para realização com eficácia dos serviços que ora são indispensáveis para o bom desenvolvimento das tarefas que dependem da tecnologia da informação. Portanto, justifica-se a aquisição dos mesmos, tendo em vista ser uma atividade cuja não realização compromete significativamente o fluxo dos trabalhos executados.

## CLÁUSULA IV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

4.1 As despesas decorrentes das possíveis aquisições correrão a conta dos recursos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Paragominas estabelecida para cada órgão ou entidades contratantes.

## CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1 Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado providencie o seu credenciamento junto ao Provedor do Sistema, Banco do Brasil S/A [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e subsequente encaminhamento de proposta de preço, em data e horário publicado no site de licitações do Banco do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.1.1 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um Licitante.

5.2 Do Procedimento para credenciamento junto ao Provedor do Sistema:

5.2.1 Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Pregão Eletrônico tradicional para fornecedores”, disponibilizado no endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).



5.2.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

5.2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilização legal do licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.2.5 É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a Prefeitura Municipal de Paragominas, promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

5.3 **NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA LICITAÇÃO** a participação de empresas nas seguintes situações:

5.3.1 As empresas que não atenderem às condições deste Edital;

5.3.2 Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

5.3.3 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

5.3.4 Empresa que mantenha em seu quadro servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como, empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

5.3.5 Possuírem em seu Contrato Social finalidade incompatível com o objeto deste Pregão.

5.3.6 Cujos quadros sociais possuam sócios, que integrem quadros sociais de outros licitantes, quer na condição de majoritários ou minoritários.

5.3.7 As Empresas que estejam com processo administrativo em andamento, não ficarão impossibilitadas de participar do referido processo licitatório, mas se for declarada sua penalização em decorrência do processo administrativo antes da homologação e adjudicação, a mesma ficará impossibilitada de firmar Contrato com esta prefeitura.

5.3.8 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

5.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.3.10 Autor(a) do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica (obras e produtos).

5.3.11 Não poderão participar do certame servidores públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Paragominas-empregados públicos, nos termos do Art. 9º, III, da lei 8.666/93.

5.3.12 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



- 5.4.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49;
- 5.4.2 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 5.4.3 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 5.4.4 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 5.4.5 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 5.4.6 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.4.7 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.8 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.9 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 5.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

#### **CLÁUSULA VI – DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 6.1 As Empresas Micro e Pequenas Empresas que fizerem uso da Lei nº 123/2006 deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital de Licitação, ainda que com ressalva.
- 6.2 Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente, conforme Art. 47 da Lei nº 123/2006.
- 6.3 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



## **CLÁUSULA VII - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. Na apresentação das propostas deverão ser observados os itens a seguir:

7.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

7.1.2 Conter todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência.

7.1.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (Art. 5º da Lei nº 8.666/93).

7.1.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.1.5 A oferta deverá ser firme e precisa, contendo até duas casas decimais, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.1.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.1.7 Nos valores propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar incluídos todos os custos necessários para entrega dos produtos da licitação, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

7.1.8 Os valores propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a licitante for classificada na sessão de Pregão para ofertar lances por meio do sistema eletrônico, poderá fazê-lo na forma e na oportunidade prevista neste Edital.

7.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



7.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **CLÁUSULA VIII - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA**

8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 Valor unitário e total do item;

8.1.2 Marca;

8.1.3 Fabricante;

8.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações pertinentes as especificações dos itens de acordo com o ANEXO II do Edital;

8.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.6 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos competentes e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do Contrato.

## **CLÁUSULA IX - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital.

9.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 9.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.6 **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**
- 9.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 9.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.12 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.13 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.15 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.16 Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 9.17 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente.
- 9.17.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 9.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas as 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.22 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.24 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 9.24.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.24.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.24.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.24.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.25 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor



preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.28.2 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no § 9º do Art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no Art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

10.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço estimado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Ao licitante que apresentar proposta considerada inexequível será oportunizado, no prazo de 03 (três) dias úteis, a demonstração da viabilidade dos valores ofertados, através de planilha de composição de custos, conforme precedentes do Tribunal de Contas da União – Acórdãos n.º. 2.528/2012 (Relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 571/20136 (Relator Ministro Benjamin Zymler), 1.92/2013 (Relator Ministro Raimundo Carreiro) e 3.092/2014 (Relator Ministro Bruno Dantas), e súmula 262 do TCU.

10.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



10.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de máximo de 4 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8.1 O licitante detentor da melhor proposta será convocado para apresentar amostra com especificação detalhada e material visual podendo ser através de folders, catálogo ou ficha técnica para a verificação da compatibilidade do item com as especificações do TR/edital para a consequente aceitação da proposta.

10.8.2 Constam em ANEXO a relação dos itens e a forma de apresentação das amostras.

10.8.3 As amostras serão submetidas à aprovação Técnica registrado em relatórios/laudos/pareceres técnicos, a qual avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas neste Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam;

10.8.4 Amostras, bem como os relatórios, laudos e pareceres da equipe técnica que analisou as mesmas serão parte integrante do processo licitatório;

10.8.5 A ausência das amostras, assim como, a entrega fora do local ou prazo indicado pelo Pregoeiro ou a sua reprovação pela área técnica da Prefeitura Municipal de Paragominas acarretará a desclassificação do participante;

10.8.6 Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de laudo(s) técnico(s) e/ou de amostra(s)/protótipo(s);

10.8.7 A Análise dos itens constantes no processo deverão ser avaliados por profissional habilitado e indicado quais sejam: Coordenador de Informática ou Técnico de informática; respectivamente, que emitirá laudo aprovando/reprovando os itens apresentado;

10.9 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

10.11.1 Adequações as especificações técnicas contidas neste Edital e seus anexos;

10.11.2 Qualidade e uso a que se destinam;

10.11.3 Ficha técnica/manual do produto ofertado, a qual deverá contemplar as características, especificações e matéria prima utilizada na fabricação do item. De igual modo, amostras deverão estar identificadas com o nome da licitante, o número da licitação e o número do item a que se referem;

10.12 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos itens/subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar



apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 7 (sete) dias úteis contados da solicitação.

10.13 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.14 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Edital/Termo de Referência.

10.15 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.16 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.17 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.18 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.19 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.20 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.21 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.23 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.24 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **CLÁUSULA XI - DA HABILITAÇÃO**

11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2 Caso conste a existência de Ocorrências Impeditivas citadas acima, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



- 11.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos apresentados.
- 11.6 É dever da licitante apresentar os documentos vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 11.7 O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme Art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 11.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital no prazo de no máximo 7 (sete) dias.
- 11.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.11 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 11.12 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante;
- 11.13 Os documentos de habilitação NÃO PODERÃO ser substituídos por qualquer tipo de protocolo;
- 11.14 Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto o Atestado de Capacidade Técnica e Certidão Expedida pela Junta Comercial.
- 11.15 Serão aceitas as certidões de regularidade positiva com efeito negativa, haja vista a exigibilidade suspensa do débito.
- 11.16 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.17 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 11.18 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará



dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.18.1 A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

11.19 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

11.20 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.21 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.22 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.23 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.24 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.25 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.26 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.27 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.28 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sob pena de inabilitação.



**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os documentos complementares a serem requisitados e apresentados não poderão ser os já exigidos para fins de habilitação no instrumento convocatório. Em outras palavras, não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de outros documentos para confirmação dos já apresentados, sendo exemplo a requisição de cópia de Contrato de prestação de serviços que tenha embasado a emissão de atestado de capacidade técnica já apresentado.

## 11.29 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.29.1 **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.29.2 **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

11.29.3 **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.29.4 **No caso de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

11.29.5 **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

11.29.6 **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

11.29.7 **No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do Art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

11.29.8 **No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (Arts. 17 a 19 e 165).

11.29.9 **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização.

11.29.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.29.11 Deverá apresentar cópia(s) do(s) documento(s) oficial(is) de identificação com foto e CPF do(s) sócio(s) ou diretor(es).

11.29.12 Alvará de Funcionamento do domicílio ou sede do licitante e pertinente ao seu ramo de atividade.



### 11.30 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.30.1 Prova de que a empresa possui atestado fornecido por pessoa Jurídica de direito público ou privado, que tenha executado o fornecimento dos materiais/equipamentos com características semelhantes às do objeto da Licitação, em papel timbrado e com ASSINATURA DEVIDAMENTE RECONHECIDA EM CARTÓRIO.

### 11.31 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

11.31.1 BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, apresentado na forma da Lei, e demonstração de índice de liquidez que deverá ser IGUAL OU SUPERIOR A 01 (UM), calculado e demonstrado pela fórmula:  $ILC=AC/PC$ , ONDE: ILC: ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE; AC: ATIVO CIRCULANTE; PC: PASSIVO CIRCULANTE, assinado, carimbado pelo contador REGISTRADO PELA JUNTA COMERCIAL;

11.31.2 BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período;

11.31.3 Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

11.31.4 SOCIEDADES REGIDAS PELA LEI Nº. 6.404/1976 (SOCIEDADE ANÔNIMA);

a) Publicada em Diário Oficial ou publicado em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada;

b) Autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.31.5 SOCIEDADES POR COTA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (LTDA):

a) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.31.6 SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO:

a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.31.7 SOCIEDADE SIMPLES REGISTRADA EM CARTÓRIO DE PESSOA JURÍDICA:

a) Balanço registrado no Cartório de Pessoa Jurídica.

11.31.8 O balanço ou as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

11.31.9 As empresas obrigadas a utilizar a ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL a partir de 1º de Janeiro de 2008 terão a obrigatoriedade de apresentar seu Balanço Contábil até Junho do ano seguinte do ano-calendário a que se refira a escrituração (Instrução Normativa) 787 de 19 de Outubro de 2007;

11.31.10 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa.

11.31.11 Prova de que a empresa possui Capital Social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global ganho em licitação totalmente integralizado;



11.31.12 Fica a empresa em recuperação judicial dispensada da apresentação de certidão negativa de falência e concordata, no entanto, devem comprovar, mediante a apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente, que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 8.666/93, orientação que, segundo aduzem acompanha entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU. AC. 8271/2011- 2ª Câmara DOU de 04.10.2011).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Conforme o Art. 3º do DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015, NÃO SERÁ EXIGIDA da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a apresentação de balanço patrimonial na forma da lei do último exercício social, devendo apresentar apenas o DEMONSTRATIVO FINANCEIRO.

### 11.32 DA HABILITAÇÃO FISCAL

11.32.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.32.2 FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL ESTADUAL (FIC), nos casos em que a empresa for contribuinte do ICMS;

11.32.3 FAZENDA (FEDERAL): Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

11.32.4 ESTADUAL: Certidões Negativas de Natureza Tributária e Não Tributária;

11.32.5 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS domicílio ou sede do licitante e se possuir Filial ou desempenhar atividades no Município de Paragominas/PA;

11.32.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO JUNTO AO FGTS, comprovando a regularidade da empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

### 11.33 DA REGULARIDADE TRABALHISTA

11.33.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (caso a empresa tenha filiais, os documentos apresentados com relação a CNDT (certidão negativa de débitos trabalhistas) deverão ser apresentados de todas as filiais bem como da matriz, CONF. ART. 642-A DA CLT, ACRESCENTADO PELA LEI Nº 12.440 DE 07/07/2011, E NA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1470/2011 DO TST DE 24/08/2011).

### 11.34 DAS DECLARAÇÕES

11.34.1 **Declaração** de que o proponente conhece e está de acordo com as cláusulas do Edital;

11.34.2 **Declaração** de Enquadramento em Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

11.34.3 **Declaração** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

11.34.4 **Declaração** de que a firma não possui em seu quadro permanente menores, conforme Art. 7 XXXIII da constituição Federal/88, redação dada pelo artigo 1º da emenda constitucional nº 20/98. XXXIII - Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Art. 27, da lei 8.666/93;

11.34.5 **Declaração** de que a contratada assume inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a PMP, a terceiros, por si, representantes ou sucessores;



11.34.6 **Declaração** de idoneidade.

11.34.7 **Declaração** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal;

11.34.8 **Declaração** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

11.34.9 Para que sejam beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar **Declaração de Enquadramento ou Certidão Expedida Pela Junta Comercial do Estado** onde fique demonstrada e comprovada a sua atual condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **CLÁUSULA XII - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de no máximo 4 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser formulada conforme CLÁUSULA VII deste Edital.

12.2 A proposta final será documentada nos autos e levando em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.3 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.3.1 A proposta final deverá indicar a especificação completa dos itens contendo ainda a forma de apresentação da embalagem e a quantidade de cada item. Além de conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

## **CLÁUSULA XIII - DOS RECURSOS**

13.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em



outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### **CLÁUSULA XIV - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.4 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **CLÁUSULA XV - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1 É obrigatória a adjudicação por item, devendo constar do edital, uma vez que se trata de aquisição de bens cujo objeto é divisível, em observância as recomendações contidas na súmula nº 247 do TCU, uma vez tal procedimento torna mais conveniente para esta Municipalidade.

15.2 Inexistindo manifestação recursal, caberá o(a) Pregoeiro(a) a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame, com a posterior homologação do resultado pelo Prefeito Municipal de Paragominas.

15.3 Adjudicado o objeto ao vencedor do certame, poderá o(a) Pregoeiro(a) negociar diretamente com o adjudicatário, buscando obter um melhor preço.

15.4 Ocorrendo recursos, resolvidos os mesmos, caberá ao Prefeito Municipal de Paragominas a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, seguindo competente homologação do resultado.

#### **CLÁUSULA XVI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1 Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o licitante vencedor será convocado para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma do ANEXO III, que terá efeito de compromisso a execução do objeto desta licitação.

16.2 Serão permitidas adesões a ata de registro de preço, segundo decisão discricionária desta Administração.



16.3 O licitante vencedor terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da convocação, para assinar a ATA acima citada. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor durante o transcurso do prazo inicial e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Paragominas.

16.4 **Para fins de assinatura, a empresa vencedora deverá possuir Certificado Digital (e-CNPJ), versão ICP-Brasil para assinatura da ata/Contrato, através de arquivo digital. A assinatura da ata/Contrato através de arquivo não DESOBRIGARÁ a empresa da assinatura do documento físico, caso solicitado pela administração.**

16.5 A recusa injustificada em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo estabelecido no **subitem 16.3**, sujeitará o licitante vencedor à aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar com a Prefeitura Municipal de Paragominas;

16.6 O preço registrado e a razão social do Fornecedor serão publicados no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

16.7 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do Art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, c/c Art. 12 Decreto 7.892/2013.

16.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.9 A vigência dos Contratos/ata decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.10 Os Contratos/ata decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.11 O Contrato/Ata decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

16.12 A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Prefeitura Municipal de Paragominas a efetuar a(s) aquisição(ões) que dele(s) poderá(ão) advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.13 A(s) aquisição(ões) obedecerá(ão) à conveniência e às necessidades da Prefeitura Municipal de Paragominas, limitada(s) à(s) quantidade(s) estimada(s).

16.14 A assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS estará condicionada à:

16.14.1 Comprovação da regularidade da situação fiscal do Licitante vencedor;

16.14.2 Apresentação do documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ATA em nome do Licitante vencedor;

16.14.3 Apresentação da proposta detalhada, com os preços corrigidos após os lances.

16.15 A(s) aquisição(ões) do(s) material(ais) discriminado(s) na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou de parte dele, será precedida da emissão, pela Prefeitura Municipal de Paragominas, de NOTA DE EMPENHO/ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO, que será entregue ao FORNECEDOR que tiver seu preço registrado, na precitada ATA, para entrega no local designado pela Prefeitura Municipal de Paragominas.

16.15.1 Na ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO deverão estar discriminados os produtos/materiais/equipamentos, as quantidades a serem entregues e os preços unitários constantes do Registro de Preços, bem como dotação, recurso, prazo e o endereço para entrega.



## **CLÁUSULA XVII- DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 17.1 Constam da Minuta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ANEXO III deste Edital.  
17.2 Constam da Minuta do Contrato – ANEXO IV deste Edital.

## **CLÁUSULA XVIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **18.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 18.1.1 Emitir e encaminhar os pedidos dos itens mediante Ordem de Compra assinada por, no mínimo, 02 (duas) assinaturas dos a seguir indicados: Prefeito ou Vice-Prefeita e Secretários Municipais;
- 18.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos colaboradores da contratada;
- 18.1.3 Efetuar o pagamento de acordo com os pedidos emitidos através de ordem de compra, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 18.1.4 Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas que venham a infringir qualquer cláusula contratual, especialmente no que se refere às obrigações da contratada previstas no item seguinte deste Edital;
- 18.1.5 Mensurar, quantificar e precificar quaisquer danos causados ao patrimônio público, quando tenham sido causados pelos empregados da contratada durante o processo de execução do contrato, para se for o caso fazer a retenção desses valores, por ocasião dos pagamentos, se aplicada às penalidades previstas em edital/contrato.
- 18.1.6 Reter, por ocasião de cada pagamento, os valores de cada penalidade, caso venham a ser aplicadas;
- 18.1.7 Exercer a fiscalização do contrato, por servidores designados por meio de Portaria;
- 18.1.8 Rescindir o (s) contrato (s), com as consequências contratuais previstas em Lei, em caso de não cumprimento regular das cláusulas contratuais, conforme previsto no Art. 78 e 79 da Lei 8.666/1993 e aplicar as sanções administrativas previstas em Lei.

### **18.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 18.2.1 Se responsabilizar pela entrega dos itens dentro dos prazos estabelecidos;
- 18.2.2 Atender aos pedidos somente por meio de emissão de ordem de compras devidamente assinada;
- 18.2.3 Se responsabilizar pela substituição de qualquer item entregue fora dos padrões estabelecidos neste Edital;
- 18.2.4 Se responsabilizar pela substituição de produtos que apresente defeito em até 5 dias de uso (defeitos de fabricação) substituindo por outro equivalente;
- 18.2.5 Oferecer garantia sobre os produtos entregue;
- 18.2.6 Arcar com as despesas referentes as entregas, bem como aquelas inerentes as devoluções de item não aceito pela contratante.
- 18.2.7 Manter a garantia dos equipamentos pelo mesmo prazo concedido pelo Fabricante;
- 18.2.8 Especificar na Nota Fiscal o prazo da Garantia dos equipamentos;
- 18.2.9 Permitir a fiscalização pela contratante.



## **CLÁUSULA XIX - DA VIGÊNCIA, DA ENTREGA E DO PAGAMENTO**

### **19.1 VIGÊNCIA:**

19.1.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade de 12 (doze) meses, de acordo com o que preconiza o Art. 12 do Decreto nº. 7.892, de 23 de Janeiro de 2013.

### **19.2 DA ENTREGA**

19.2.1 Entregar os itens na Secretaria Municipal de Administração e Finanças no Setor de Suprimentos e Almoxarifado de acordo com os pedidos de compras realizados (Ordem de Compra), assinada por, no mínimo 02 (duas) assinaturas dos a seguir indicados: Prefeito ou Vice-Prefeita e Secretários Municipais;

19.2.2 Entregar os itens acompanhados dos documento fiscal e termo de garantia dos equipamentos;

19.2.3 Efetuar as entregas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da ordem de compra;

### **19.3 DO PAGAMENTO**

19.3.1 Efetuar os pagamentos, mediante apresentação de Notas Fiscais acompanhadas do pedido de compra contendo, no mínimo 02 assinaturas a seguir indicadas: Prefeito ou Vice-Prefeita e Secretário Municipal de Educação. Deve-se ressaltar a necessidade das notas fiscais virem acompanhadas dos respectivos DANFS (Documento Auxiliar da Nota Fiscal), os quais

19.3.2 Deverão conter o **atesto** de Recebimento pelo servidor que recebeu e conferiu o produto, conforme preceitua o Art. 62 a 63 da Lei nº 4.320/64.

19.3.3 O valor dos produtos incluem e comporta todos os custos necessários, inclusive com o transporte dos produtos;

17.3 A Contratada deverá possuir conta bancária corrente a qualquer Inst. de crédito dentro do país. Não se permitirá, portanto outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as normativas do decreto da Presidência da República 6.170 de 25 de julho de 2007.

## **CLÁUSULA XX - DO REAJUSTE/REPACTUAÇÃO**

20.1 Os Contratos somente serão reajustados para fins de atualização monetária a pedido do Contratado, após 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da contratação. O índice inflacionário utilizado deve ser oficial ou que reflitam a variação dos custos, e deve ser diretamente relacionado ao objeto do Contrato (Lei 8.666/93 c/c Lei 10.192/2001);

20.2 A repactuação de preços, quando solicitada pelo Contratado, deverá acompanhar Planilha de Custo e formação de Preços, bem como documentos comprobatórios do aumento dos custos do Contrato e será analisada pela Secretaria Municipal de Administração e pelo Prefeito Municipal para posterior decisão de deferimento ou não;

20.3 A repactuação deverá ser precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos, de acordo com a vigente planilha de composição de custos e formação de preços, devendo ser observada a adequação dos preços de mercado.

20.4 As solicitações descritas acima deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação, devidamente protocolado no endereço: Rua do Contorno, 1212, Célio Miranda, CEP: 68625-970.



## **CLÁUSULA XXI - DA GARANTIA**

21.1 Os Fornecedores que tiverem seus preços registrados prestarão à Prefeitura Municipal de Paragominas garantia integral contra avarias no transporte até o local de entrega, mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pela Prefeitura Municipal de Paragominas.

21.2 A garantia inclui a substituição dos materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paragominas. Neste caso, as novas unidades empregadas nas substituições das danificadas deverão ter prazo de garantia igual ou superior ao das substituídas.

21.3 Ficam os Fornecedores que tiveram seus preços registrados desobrigados de qualquer garantia sobre os materiais quando se constatar que o defeito decorre de mau uso dos mesmos ou negligência de prepostos da Prefeitura Municipal de Paragominas.

## **CLÁUSULA XXII – DA FISCALIZAÇÃO**

22.1 A contratante fiscalizará a execução do contratado a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as cláusulas do Contrato.

22.2 O acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato será realizado pelo servidor XXX, matrícula nº XXX nomeado através da PORTARIA Nº XX/2019, datada de XX de XX de 2019 e Publicado em XX de XX de 2019, devendo, portanto o setor competente promover anotações em registro próprio, contendo as ocorrências relacionadas à execução dos Contratos, sempre buscando a regularização das falhas detectadas, exigindo assim o fiel cumprimento do objeto contratual.

22.3 Compete à fiscalização, desde a expedição da ordem de compra/ordem de execução de serviço, até o término do Contrato:

22.3.1 Solucionar as dúvidas de natureza executiva;

22.3.2 Acompanhar a execução do Contrato/promover a medição dos serviços realizados, com vistas aos pagamentos requeridos e processados pela Contratada;

22.3.3 Dar ciência à Prefeitura Municipal, de ocorrências que possam levar à aplicação de penalidades ou rescisão do Contrato.

## **CLÁUSULA XXIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante ou de contratante, as licitantes, conforme a infração estarão sujeitas às seguintes penalidades:

23.1.1 Manter comportamento inadequado durante o Pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

23.1.2 Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de 20% sobre o valor do último lance ofertado;

23.1.3 Executar o Contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

23.1.4 Executar o Contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerada inexecução contratual: multa diária de 1% sobre o valor dos produtos/serviços não entregues/executados;



23.1.5 Rescisão contratual por inadimplemento da contratada: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de 20% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do Contrato;

23.1.6 Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do Contrato.

23.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso;

23.3 As multas pecuniárias referidas nesta cláusula deverão ser colocadas à disposição da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no prazo de 48 horas, contados da ciência da contratada;

23.4 As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa diária, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

#### **CLÁUSULA XXIV - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

24.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

24.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

24.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

24.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

#### **CLÁUSULA XXV - DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

25.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail *pregaoeletronicopgm@gmail.com*, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua do Contorno nº 1212, Centro, Paragominas/PA, CEP: 68.625-245, no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

25.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital, e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.4 Acolhida a impugnação e o resultado desta, alterar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.

25.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, pelo e-mail *pregaoeletronicopgm@gmail.com*, ou protocolado no endereço Rua do



Contorno nº 1212, Centro, Paragominas/PA, CEP: 68.625-245, no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

25.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

25.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

#### **CLÁUSULA XXVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

26.1 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.2 Das reuniões de abertura e julgamento da Habilitação e Propostas, lavrar-se-ão atas circunstanciadas.

26.3 No interesse da administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

26.4 Adiada a data da abertura desta licitação;

26.5 Alteradas as condições do Edital, com fixação do novo prazo para sua realização.

26.6 A Prefeitura Municipal de Paragominas poderá anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público decorrente de fato superveniente, dando ciência aos interessados desta decisão;

26.7 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

26.8 É facultada o(a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveriam constar no ato da sessão pública.

26.9 A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Paragominas, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução do Contrato, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Prefeitura Municipal de Paragominas.

26.10 Fica eleito o Foro de Paragominas, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas relativas a este Edital, ou questões judiciais do futuro Contrato.



## **CLÁUSULA XXVII - DOS CASOS OMISSOS**

27.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), observados os preceitos de direito público e as disposições das leis que regem a matéria.

Paragominas/PA, 02 de julho de 2020.

**GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA**  
Pregoeiro

**PAULO POMBO TOCANTINS**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020-00012 - PARA SISTEMA REGISTRO DE**  
**PREÇOS-SRP**

**ANEXO I - CARTA DE CREDENCIAMENTO E MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

(Em papel timbrado da empresa)

Local e data

AO

PREGOEIRO (A)

Ref. PREGÃO - Nº 9/2020-000\_\_ - SRP

Pela presente, fica credenciado o Sr(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, para representar esta Empresa (nome)\_\_\_\_\_ e CNPJ/MF\_\_\_\_\_ no Pregão acima referido, a quem se outorga poderes para ofertar lances verbais, rubricar propostas dos demais concorrentes, assinar atas e documentos, receber notificação, tomar ciência de decisões, acordar, assinar proposta, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento de coleta de preços em referência.

\_\_\_\_\_  
Carimbo CNPJ/MF

Assinatura do responsável pela empresa

Nome da empresa com assinatura da(s) pessoa(s) que credenciar (em) o Representante (com firmas reconhecidas)

Observação Importante: A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados no Edital, juntamente com uma cópia autenticada do Contrato Social, Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que tiver assinado o credenciamento. Entregar, juntamente com a carta de credenciamento, a cópia simples da cédula de identidade do representante designado.

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Em papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto na CLAUSULA VI – DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;  
 ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

(Data)

(Representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa. Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro e Equipe de Apoio juntamente com os envelopes de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes junto aos documentos de credenciamento, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar nº 123/2006.

\_\_\_\_\_  
Carimbo CNPJ/MF

Assinatura do responsável pela empresa



**DECLARAÇÃO CONCORDA COM AS CLÁUSULAS DO EDITAL  
(PESSOA JURÍDICA)**

(Em papel timbrado da empresa)

A (ao)

Pregoeiro (a)

Ref. PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2020-000\_\_ - SRP

A empresa \_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr ° (a) \_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_ e do CPF n ° \_\_\_\_, DECLARA, que conhece e está de acordo com as cláusulas e condições deste Edital de Licitação.

Cidade/UF, DD de MMMM de 2019

\_\_\_\_\_  
Assinatura (Sócio administrador da empresa)

CNPJ da Empresa

MODELO DE DECLARAÇÃO - (Art.4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002)

**DECLARAÇÃO QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(Em papel timbrado da empresa)

AO

PREGOEIRO (A)

Ref. PREGÃO - Nº 9/2020-000\_\_ - SRP

A empresa \_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) \_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_ e do CPF/MF n ° \_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do inciso V, do artigo 10, do Lei Estadual 6.474 de 06/08/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Cidade/UF, DD de MMMM de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Carimbo CNPJ/MF

Assinatura do responsável pela empresa

MODELO DE DECLARAÇÃO - (Art.7º, inciso XXXIII da CF)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO A MENORES**

(Em papel timbrado da empresa)

AO

PREGOEIRO (A)

Ref. PREGÃO - Nº 9/2020-000\_\_ - SRP

Objeto: \_\_ (Objeto da licitação).

Declaramos para os devidos fins que a nossa empresa, em consonância com o mandamento constitucional contido no inciso XXXIII, artigo 7º, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Cidade/UF, DD de MMMM de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Carimbo CNPJ/MF

Assinatura do responsável pela empresa



## DECLARAÇÃO DE DANOS OU PREJUÍZOS (PESSOA JURÍDICA)

(Em papel timbrado da empresa)

AO

PREGOEIRO (A)

Ref. PREGÃO - Nº 9/2020-000\_\_ - SRP

Objeto: \_\_\_\_\_ (Objeto da licitação).

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que assume integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a PMP, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201X.

Carimbo CNPJ/MF

Assinatura do responsável pela empresa

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Documento obrigatório)

AO (a)

Pregoeiro (a)

Ref. PREGÃO - Nº 9/2020-000\_\_-SRP

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ:

FONE/FAX:(\_\_\_\_)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de (modalidade) nº. (Número e ano do Edital) – APC, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201X.

Carimbo CNPJ/MF

Assinatura do responsável pela empresa

## DECLARAÇÃO

Relativa ao disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal e conforme disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201X.

Carimbo CNPJ/MF

Assinatura do responsável pela empresa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020-00012 - PARA SISTEMA REGISTRO DE  
PREÇOS-SRP**

**ANEXO II – DEFINIÇÕES DOS ITENS E AMOSTRAS**

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CABOS, CANALETAS, CONECTORES E AFINS) E EQUIPAMENTOS POR DEMANDA (ROTEADORES, SWITCHES E RACKS), OBJETIVANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE REDES DE DADOS”.

**LOTE 01 – PARA TODOS OS ITENS APRESENTAR FOLDERS,  
CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
0001	BANDEJA MOVEL PARA RACK 1000MM <i>Especificação : cor preto, com 4 pontos de fixação</i> Valor total extenso:		2,000	PEÇA	0,000	0,00
0002	BANDEJA PARA RACK 1000MM <i>Especificação : cor preto, com 4 pontos de fixação</i> Valor total extenso:		22,000	PEÇA	0,000	0,00
0003	BANDEJA PARA RACK 300MM <i>Especificação : cor preto, com 2 pontos de fixação</i> Valor total extenso:		25,000	PEÇA	0,000	0,00
0004	GUIA DE CABO 1U <i>Especificação : cor preto, com tampa e acessórios de fixação em rack 19"</i> Valor total extenso:		104,000	PEÇA	0,000	0,00
0005	MINI RACK PARA SWITCH 19" COM 12U PORTA FRONTAL <i>Especificação : RACK FECHADO PADRÃO 19" PAREDE, ALTURA 12U, PROFUNDIDADE 570 MM COM ACESSORIOS DE FIXAÇÃO.</i> Valor total extenso:		101,000	UNIDADE	0,000	0,00
0006	MINI RACK PARA SWITCH 19" COM 7U PORTA FRONTAL <i>Especificação : RACK FECHADO PADRÃO 19" PAREDE, ALTURA 7U, PROFUNDIDADE 570 MM COM ACESSORIOS DE FIXAÇÃO</i> Valor total extenso:		56,000	UNIDADE	0,000	0,00
0007	RACK FECHADO PADRÃO 19" PISO, ALTURA 40U <i>Especificação : RACK FECHADO PADRÃO 19" PISO, ALTURA 40U, PROFUNDIDADE 570 MM COM ACESSORIOS DE FIXAÇÃO.</i> Valor total extenso:		11,000	UNIDADE	0,000	0,00
0008	RACK FECHADO PADRÃO 19" PISO, ALTURA 44U <i>Especificação : RACK FECHADO PADRÃO 19" PISO, ALTURA 44U, PROFUNDIDADE 1070 MM COM ACESSORIOS DE FIXAÇÃO.</i> Valor total extenso:		5,000	UNIDADE	0,000	0,00
0009	TAMPA CEGA 1U <i>Especificação : cor preto, com acessórios de fixação em rack 19"</i> Valor total extenso:		62,000	PEÇA	0,000	0,00
0010	PATCH CORD UTP CAT5E 1,5M <i>Especificação : cmx flexível com certificação Anatel</i> Valor total extenso:		750,000	PEÇA	0,000	0,00
0011	PATCH CORD UTP CAT5E 1M <i>Especificação : cmx flexível com certificação Anatel</i> Valor total extenso:		912,000	PEÇA	0,000	0,00
0012	PATCH CORD UTP CAT5E 2,5M <i>Especificação : cmx flexível com certificação Anatel</i> Valor total extenso:		714,000	PEÇA	0,000	0,00
0013	PATCH CORD UTP CAT6 1,5M		710,000	PEÇA	0,000	0,00



Especificação : cmx flexível com certificação Anatel

Valor total extenso:

0014	PATCH CORD UTP CAT6 2,5M		640,000	PEÇA	0,000	0,00
------	--------------------------	--	---------	------	-------	------

Especificação : cmx flexível com certificação Anatel

Valor total extenso:

0015	PATCH PANEL CARREGADO CAT5E 24 PORTAS		129,000	PEÇA	0,000	0,00
------	---------------------------------------	--	---------	------	-------	------

Especificação : com pintura epóxi, acessórios de fixação em rack,

guias, posições numeradas e homologado pela Anatel

Valor total extenso:

0016	PATCH PANEL CARREGADO CAT6 24 PORTAS		14,000	PEÇA	0,000	0,00
------	--------------------------------------	--	--------	------	-------	------

Especificação : com pintura epóxi, acessórios de fixação em rack,

guias, posições numeradas e homologado pela Anatel.

Valor total extenso:

0017	PATCH PANEL DESCARREGADO 24 PORTAS		131,000	PEÇA	0,000	0,00
------	------------------------------------	--	---------	------	-------	------

Especificação : com pintura epóxi, acessórios de fixação em rack,

guias, posições numeradas e homologado pela Anatel.

Valor total extenso:

0018	CABO FTP CAT5E		4250,00 0	METRO	0,000	0,00
------	----------------	--	--------------	-------	-------	------

Especificação : cmx e certificação anatel

Valor total extenso:

0019	CABO FTP CAT6		2500,00 0	METRO	0,000	0,00
------	---------------	--	--------------	-------	-------	------

Especificação : cmx e certificação anatel

Valor total extenso:

0020	CABO UTP CAT5E		13200,0 00	METRO	0,000	0,00
------	----------------	--	---------------	-------	-------	------

Especificação : cmx e certificação anatel

Valor total extenso:

0021	CABO UTP CAT6		4500,00 0	METRO	0,000	0,00
------	---------------	--	--------------	-------	-------	------

Especificação : cmx e certificação anatel

Valor total extenso:

0022	ESPELHO PVC PARA RJ45		706,000	PEÇA	0,000	0,00
------	-----------------------	--	---------	------	-------	------

Especificação : com duas posições, branca e com acessórios de fixação.

Valor total extenso:

0023	TOMADA SOBREPOR PVC RJ45		706,000	PEÇA	0,000	0,00
------	--------------------------	--	---------	------	-------	------

Especificação : com duas posições, branca e com acessórios de fixação.

Valor total extenso:

**LOTE 02 - PARA TODOS OS ITENS APRESENTAR FOLDERS,  
CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
------	-----------	-------	--------	---------	------------	------------

0001	CABO ÓPTICO 48 FIBRAS SM		1200,00 0	METRO	0,000	0,00
------	--------------------------	--	--------------	-------	-------	------

Especificação : auto sustentado, PARA vão de 80M com certificação

Anatel

Valor total extenso:

0002	CABO ÓPTICO 6 FIBRAS SM		200,000	METRO	0,000	0,00
------	-------------------------	--	---------	-------	-------	------

Especificação : auto sustentado, PARA vão de 80M com certificação

Anatel

Valor total extenso:

0003	CABO ÓPTICO DROP 1 FO SM		2010,00 0	METRO	0,000	0,00
------	--------------------------	--	--------------	-------	-------	------

Especificação : auto sustentado, PARA vão de 80M com certificação

Anatel

Valor total extenso:

0004	CABO ÓPTICO DROP 2 FIBRAS SM		3200,00 0	METRO	0,000	0,00
------	------------------------------	--	--------------	-------	-------	------

Especificação : auto sustentado, PARA vão de 80M com certificação

Anatel

Valor total extenso:

0005	CAIXA DE EMENDA 48 FIBRAS		6,000	PEÇA	0,000	0,00
------	---------------------------	--	-------	------	-------	------

Especificação : com bandejas, acessórios de fixação, vedação termocontrátil e fechamento mecânico.

Valor total extenso:

0006	CONVERSOR MÍDIA ÓPTICO SM 10/100 RX, SC, 20KM		30,000	PEÇA	0,000	0,00
------	-----------------------------------------------	--	--------	------	-------	------

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

Rua do Contorno, 1212 – Célio Miranda – CEP: 68625-970 – Tel.: (091) 3729-8037/8038/8003 – Fax 3729-8006

CNPJ: 05.193.057/0001-78 – PARAGOMINAS-PA

E-mail: [pregaoeletronicopgm@gmail.com](mailto:pregaoeletronicopgm@gmail.com)



Valor total extenso:						
0007	CONVERSOR MÍDIA ÓPTICO SM 10/100 TX, SC, 20KM		30,000	PEÇA	0,000	0,00
Valor total extenso:						
0008	CONVERSOR MÍDIA ÓPTICO SM 10/100 TX/RX, SC, 20KM		30,000	PEÇA	0,000	0,00
Valor total extenso:						
0009	CONVERSOR MÍDIA ÓPTICO SM GIGABIT RX, SC, 20KM		30,000	PEÇA	0,000	0,00
Valor total extenso:						
0010	CONVERSOR MÍDIA ÓPTICO SM GIGABIT TX, SC, 20KM		38,000	PEÇA	0,000	0,00
Valor total extenso:						
0011	CONVERSOR MÍDIA ÓPTICO SM GIGABIT TX/RX, SC, 20KM		30,000	PEÇA	0,000	0,00
Valor total extenso:						
0012	CORDÃO ÓPTICO LC/LC 1,5M		60,000	PEÇA	0,000	0,00
<i>Especificação : duplex, SM, com adaptador óptico e certificação.</i>						
Valor total extenso:						
0013	CORDÃO ÓPTICO LC/LC 2,5M		30,000	PEÇA	0,000	0,00
<i>Especificação : duplex, SM, com adaptador óptico e certificação.</i>						
Valor total extenso:						
0014	CORDÃO ÓPTICO SC/SC 1,5M		20,000	PEÇA	0,000	0,00
<i>Especificação : duplex, SM, com adaptador óptico e certificação.</i>						
Valor total extenso:						
0015	CORDÃO ÓPTICO SC/SC 2,5M		20,000	PEÇA	0,000	0,00
<i>Especificação : duplex, SM, com adaptador óptico e certificação.</i>						
Valor total extenso:						
0016	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO 24 FIBRAS		40,000	PEÇA	0,000	0,00
<i>Especificação : com modulo de acoplagem de cabos e adaptadores LC/SC, bandejas, acessórios de identificação organização e fixação.</i>						
Valor total extenso:						
0017	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO 48 FIBRAS		2,000	PEÇA	0,000	0,00
<i>Especificação : com modulo de acoplagem de cabos e adaptadores LC/SC, bandejas, acessórios de identificação organização e fixação.</i>						
Valor total extenso:						
0018	MINI GBIC SM 1000BASE-LX TX/RX DUPLEX, LC, 10KM		34,000	PEÇA	0,000	0,00
Valor total extenso:						
0019	MINI GBIC SM 10G TX/RX DUPLEX, LC, 10KM		50,000	PEÇA	0,000	0,00
<i>Especificação : APLICAÇÃO EM REDE METRO ETHERNET COMPATIVEL COM SOLUÇÃO DATACOM</i>						

**LOTE 03 - PARA TODOS OS ITENS APRESENTAR FOLDERS,  
CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA**

ITE M	DESCRIÇÃO	MARC A	QUANT .	UNIDAD E	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
0001	CANALETA DE PVC FECHADA 10X20		2450,00 0	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : bordas arredondadas, com acessórios de fixação, acabamentos e derivações.</i>						
Valor total extenso:						
0002	CANALETA DE PVC FECHADA 55X35		2078,00 0	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : bordas arredondadas, com acessórios de fixação, acabamentos e derivações.</i>						
Valor total extenso:						
0003	CONDULETE ALUMÍNIO RJ45		110,000	PEÇA	0,000	0,00
<i>Especificação : com uma posição e acessórios para fixação.</i>						
Valor total extenso:						
0004	ELETROCALHA 100X50		100,000	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : vazada com acessórios de fixação, derivações e finalizações</i>						
Valor total extenso:						
0005	ELETRODUTO GALVANIZADO 1"		150,000	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : com acessórios de fixação, derivações e finalizações</i>						
Valor total extenso:						
0006	ELETRODUTO GALVANIZADO 1/5"		40,000	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : com acessórios de fixação, derivações e finalizações</i>						
Valor total extenso:						
0007	ELETRODUTO GALVANIZADO 2" COM ACESSORIO DE FIXAÇÃO		200,000	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : com acessórios de fixação, derivações e finalizações</i>						
Valor total extenso:						
0008	ELETRODUTO GALVANIZADO 3/4"		40,000	METRO	0,000	0,00



*Especificação : com acessórios de fixação, derivações e finalizações*

Valor total extenso:

0009	ELETRODUTO PVC 1"		50,000	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : com acessórios de fixação, derivações e finalizações</i>						
Valor total extenso:						
0010	ELETRODUTO PVC 1/5"		50,000	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : com acessórios de fixação, derivações e finalizações</i>						
Valor total extenso:						
0011	ELETRODUTO PVC 2"		50,000	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : com acessórios de fixação, derivações e finalizações</i>						
Valor total extenso:						
0012	ELETRODUTO PVC 3/4"		20,000	METRO	0,000	0,00
<i>Especificação : com acessórios de fixação, derivações e finalizações</i>						
Valor total extenso:						

**LOTE 04 - PARA TODOS OS ITENS APRESENTAR FOLDERS,  
CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
0001	ACCESS POINT WIFI 150MBPS		79,000	UNIDADE	0,000	0,00
<i>Especificação : PARA APLICACAO INTERNA COM FUNCAO DE ROTEAMENTO NA MODULACAO 802.11 B/G/N COM VELOCIDADE DE CONEXAO DE ATE 150MBPS COM 5 PORTAS ETHERNET.</i>						
Valor total extenso:						
0002	ACCESS POINT WIFI 300MBPS		78,000	UNIDADE	0,000	0,00
<i>Especificação : PARA APLICACAO INTERNA COM FUNCAO DE ROTEAMENTO NA MODULACAO 802.11 B/G/N COM VELOCIDADE DE CONEXAO DE ATE 300MBPS COM 5 PORTAS ETHERNET.</i>						
Valor total extenso:						
0003	ACCESS POINT WIFI DE ALTA CAPACIDADE 300MBPS		30,000	UNIDADE	0,000	0,00
<i>Especificação : APLICAÇÃO INTERNA COM MODULAÇÃO 802.11 B/G/N, VELOCIDADE MINIMA DE 300MBPS. UMA PORTA ETHERNET COM PoE PASSIVO. GERENCIAMENTO CENTRALIZADO E SUPORTE DE TETO</i>						
Valor total extenso:						
0004	ACCESS POINT WIFI DE ALTA CAPACIDADE APLICACAO INTERNA		57,000	UNIDADE	0,000	0,00
<i>Especificação : APLICAÇÃO INTERNA COM MODULAÇÃO 802.11 AC/A/B/G/N, VELOCIDADE MINIMA DE 300MBPS em 2.4GHz e 867MBPS em 5GHz, UMA PORTA ETHERNET 10/100/1000, COM PoE ou FONTE EXTERNA, GERENCIAMENTO CENTRALIZADO E SUPORTE DE TETO.</i>						
Valor total extenso:						
0005	CLOUD ROUTER SWITCH		4,000	UNIDADE	0,000	0,00
<i>Especificação : Frequência de processamento: 1.2GHz - Memória RAM: 2 GB - Contagem do núcleo da CPU: 16 - Arquitetura: TELHA - Tipo armazenamento: NAND - Tamanho armazenamento: 128MB - Porta DDMI/SFP: 12 - Porta SFP +: 1 - Porta USB: 1 microUSB tipo AB - Poder jack: 2 - Visor de LCD a cores táctil - Energia: 24V - V24 - Faixa de temperatura operacional -20C + 60C - Monitor actual: sim - Monitor de tensão: sim - Monitor de temperatura CPU: sim - Consumo máximo de energia 44W - Sistema Operacional: RouterOS v6 - Nível de licença: 6, (Modelo de Referencia: Mikrotik - CCR1016-12S-1S+ ou equivalente / Similar).</i>						
Valor total extenso:						
0006	CLOUD ROUTER SWITCH I		2,000	UNIDADE	0,000	0,00
<i>Especificação : Frequência de processamento: 1.2GHz - Memória RAM: 4 GB - Contagem do núcleo da CPU: 36 - Arquitetura: TILE - Tipo armazenamento: NAND - Tamanho armazenamento: 1 GB - Porta DDMI/SFP: sim (1.25GB) - Porta SFP +: 2 (10GB) - Portas: 8 Ethernet 10/100/1000 - Porta USB: 1 microUSB tipo AB - Cartão memória: 1 microSD - Poder jack: 2 - Visor de LCD a cores táctil - Energia: 24V - V24 - Temperatura ambiente testada -20C + 60C -</i>						

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

Rua do Contorno, 1212 – Célio Miranda – CEP: 68625-970 – Tel.: (091) 3729-8037/8038/8003 – Fax 3729-8006

CNPJ: 05.193.057/0001-78 – PARAGOMINAS-PA

E-mail: [pregaoeletronicopgm@gmail.com](mailto:pregaoeletronicopgm@gmail.com)



Monitor atual: sim - Monitor de temperatura PCB: sim - Monitor de tensão: sim - Monitor de temperatura CPU: sim - Consumo máximo de energia 78W - Sistema Operacional: RouterOS v6 - Nível de licença: 6, (Modelo de Referência: Mikrotik - CCR1036-8G-2S+ ou equivalente / Similar).

Valor total extenso:

0007	SWITCH GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT		59,000	UNIDADE	0,000	0,00
------	--------------------------------------	--	--------	---------	-------	------

Especificação : Configurações mínimas: 24 portas GIGABITS ethernet - Gerenciável - Suporte simultâneo aos padrões PoE IEEE802.3 af e IEEE802.3 - 10/100/1000 - Suporte para mecanismo avançado do serviço Qos - 2 ou 4 Portas Mini-GBIC (Sfp) - Autenticação 802.1x - Filtragem de endereço MAC - Dimensões, 440 x 220 x 44 mm. (Compatível com Intelbras Inet 4760009 SG2404)

Valor total extenso:

0008	SWITCH 24P+ 2P GIGA		65,000	UNIDADE	0,000	0,00
------	---------------------	--	--------	---------	-------	------

Especificação : 24 portas 10/100 Mbps + 2 portas 10/100/1000 Mbps - Instalação simples e rápida (Plug & Play) - Instalação simples e rápida (Plug & Play) - Painel frontal com LEDs indicadores - Taxa de transferência de até 200 Mbps nas portas Fast Ethernet e 2.000 Mbps nas portas Gigabit Ethernet, (compatível com SG 2620 QR Intelbras).

Valor total extenso:

0009	ROUTERBOARD 04 PORTAS		27,000	UNIDADE	0,000	0,00
------	-----------------------	--	--------	---------	-------	------

Especificação : Frequência de processamento: 650Mhz - Memória RAM: 32Mb - Contagem do núcleo da CPU: 1 - Arquitetura: SMIPS - Tipo armazenamento: INSTANTÂNEO - Tamanho armazenamento: 16MB - Lan: 4, padrão 10/100 - Cartões sem fio a bordo g / n módulo 802.11b 2.4GHz cadeia - Antena ganho DBI 1,5 - Usb: 0 - Energia: 5V-5V - Temperatura ambiente testada -20 + 70 ° C - Consumo máximo de energia 3,5W - Sistema Operacional: RouterOS - Nível de licença: 4, (Modelo de Referência: Mikrotik - RB941-2nD-TC ou equivalente / Similar).

Valor total extenso:

0010	ROUTERBOARD 05 PORTAS		11,000	UNIDADE	0,000	0,00
------	-----------------------	--	--------	---------	-------	------

Especificação : Frequência de processamento: 600Mhz - Memória RAM: 128MB - Contagem do núcleo da CPU: 1 - Arquitetura: MIPS-BE - Tipo armazenamento: NAND - Tamanho armazenamento: 128MB - Porta ethernet: 05 padrão 10/100, 05 10/100/1000 - Portas DDMI/SFP 1 - Porta USB: 1 - Porta serial RJ45 - Cartões sem fio a bordo g / n módulo 802.11b 2.4GHz de cadeia: 2/AR9344 - Antena ganho DBI 4 - Energia: 8V-30V - Temperatura ambiente testada -35C + 65C - Monitor de temperatura de PCB: sim - Monitor de tensão: sim - Consumo máximo de energia 6W - PoE in: PoE passivo - PoE out: PoE passive - Sistema Operacional: RouterOS - Nível de licença: 5, (Modelo de Referência: Mikrotik - RB2011UiAS-2HnD-IN ou equivalente / Similar).

Valor total extenso:

0011	ROUTERBOARD 05 PORTAS - II		70,000	UNIDADE	0,000	0,00
------	----------------------------	--	--------	---------	-------	------

Especificação : Frequência de processamento: 850Mhz - Memória: 64Mb - Tipo armazenamento: FLASH - Tamanho armazenamento: 16MB - Contagem de núcleos de CPU: 1 - Poder Jack: 1 - Portas Lan: 5, padrão 10/100 - Portas MiniGbic: 0 - Architecture: MIPS-BE - Portas MiniPCI: 0 - Wireless Integrado: 0 - Usb: 0 - Energia: 6V-30V(via conector POE) - Consumo máximo de energia 2W - Sistema Operacional: RouterOS - Nível de licença: 4, (compatível ao Roteador Mikro Tik RB750R2 Hex Lite).

Valor total extenso:

0012	ROUTERBOARD 05 PORTAS - III		54,000	UNIDADE	0,000	0,00
------	-----------------------------	--	--------	---------	-------	------

Especificação : Frequência de processamento: 600Mhz - Memória RAM: 128MB - Contagem do núcleo da CPU: 1 - Arquitetura: MIPS-BE - Tipo armazenamento: NAND - Tamanho armazenamento: 128MB - Portas Ethernet: 05 padrão 10/100, 05 10/100/1000 - Portas DDMI/SFP 1 - Porta USB: 1 - Porta serial RJ45 - Energia: 8V-30V - Temperatura ambiente testada -35C + 65C - Monitor de temperatura de PCB: sim - Monitor de tensão: sim - Consumo máximo de energia 6W - PoE in: PoE passivo - PoE out: PoE passive - Sistema Operacional: RouterOS - Nível de licença: 5,



(Modelo de Referencia: Mikrotik - RB2011UiAS-IN ou equivalente / Similar).

Valor total extenso:

0013	ROUTERBOARD 10 PORTAS		5,000	UNIDAD E	0,000	0,00
------	-----------------------	--	-------	-------------	-------	------

*Especificação : Portas Ethernet 10/100/1000: 10 - CPU: IPQ-8064-0-519FCBGA-TR-01-0 - Contagem do núcleo da CPU: 2 - Frequência nominal da CPU: 1,4 GHz - Nível de licença: 5 - Consumo máximo de energia: 10W - Número de portas USB: 1 - Sistema operacional: RouterOS - Monitor de temperatura de PCB: sim - PoE in: PoE passivo - PoE out: PoE passive - PoE-out ports: Ether10 - Power Jack 1 - Portas SFP 1 - Porta serial RJ45 - Tamanho da RAM 1 GB - Tamanho do armazenamento 128 MB - Tipo de armazenamento NAND - Temperatura ambiente testada -30 + 70 ° C - Reinicialização de energia USB sim - Tipo de slot USB USB 3.0 tipo A - Monitor de tensão: sim - Modelo Compacto Para Rack 19 com Lcd Na Parte Frontal (Modelo de Referencia: Mikrotik - RB3011UiAS-RM ou equivalente / Similar)*

Valor total extenso:

Paragominas/PA, 02 de julho de 2020.

GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA  
Pregoeiro

PAULO POMBO TOCANTINS  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020-00012 - PARA SISTEMA REGISTRO DE  
PREÇOS-SRP**

**SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL**

**PROTOCOLO DE RETIRADA/DIVULGAÇÃO DO EDITAL**

**OBJETO:** “AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CABOS, CANALETAS, CONECTORES E AFINS) E EQUIPAMENTOS POR DEMANDA (ROTEADORES, SWITCHES E RACKS), OBJETIVANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE REDES DE DADOS”.

**Data:** 20/07/2020.

**Horário:** 10:00hs (Horário de Brasília).

**Local:** via internet, no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Caso o dia agendado do certame não seja dia útil, ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

O horário de atendimento ao público e protocolo de documentos: das 8 às 12h e das 14 às 17h, de segunda à sexta-feira na Rua do Contorno nº 1212, Centro, Paragominas/PA, CEP: 68.625-245, Sede da Prefeitura Municipal de Paragominas.

O RECEBIMENTO DA PROPOSTA: a partir da publicação do Pregão no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Cidade: \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

<p><b>CNPJ/MF DA EMPRESA</b></p>	<p>Fone: (____) _____</p> <p>Fax: (____) _____</p> <p>E-mail: _____</p> <p>Responsável: _____</p>
----------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------